

# **RELATÓRIO ANUAL DA CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**

***Exercício Financeiro de 2024***

Riacho de Sant

10-05





## **RELATÓRIO ANUAL DA CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO** ***Exercício Financeiro de 2024***

**Unidade Destino:** Gabinete do Prefeito, Câmara Municipal, Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte e Ministério Público de Contas.

**Prefeito:** DAVI CÁSSIO FERNANDES DA SILVA,

**Controlador Geral do Município - 2024:** ALUIZIO AIRES DASILVA.

**Fundamento Legal:** Instrução Normativa TCE/RN nº 284/2020, que dispõe sobre a prestação das contas anuais do Chefe do Poder Executivo Municipal referentes ao exercício financeiro de 2024.

**Interessados:** Prefeito Municipal, Câmara de Vereadores, Tribunal de Contas do Estado, Ministério Público e a Sociedade.

## INTRODUÇÃO

A Controladoria Geral do Município em conjunto com o Serviço de Contabilidade, Secretaria Municipal de Fazenda e Planejamento e a Procuradoria Geral, iniciou os trabalhos de análise das informações a partir dos documentos encontrados na sede da Prefeitura Municipal e arquivos eletrônicos do sistema informatizado, utilizado pelo Município. A Controladoria Geral do Município, possui aba específica no portal eletrônico do Poder Executivo, conforme orienta os Tribunais de Contas, para divulgar suas atribuições e ações, o nome dos servidores que a compõem, bem como a forma de acesso à unidade pelos órgãos de fiscalização externa, servidores e pela sociedade.

O Controlador Geral do Município a partir de janeiro de 2024 é o Sr. **ALUIZIO AIRES DA SILVA**, dando início aos trabalhos de análise da documentação na Prefeitura Municipal de Riacho de Santana/RN.

## FUNÇÃO

A função deste relatório é orientar e demonstrar o controle da gestão dos recursos públicos em benefício da sociedade. O relatório do órgão central de controle interno do Poder Executivo, conterá, além de parecer conclusivo sobre as contas, avaliação sobre os seguintes aspectos:

- ✓ Cumprimento das metas previstas no plano plurianual e na lei orçamentária;
- ✓ Resultados quanto à eficiência e à eficácia da gestão orçamentária, financeira e patrimonial;
- ✓ Observância dos limites para a inscrição de despesas em restos a pagar, bem como dos limites e das condições para a realização da despesa total com pessoal;
- ✓ Aplicação dos recursos na manutenção e no desenvolvimento do ensino, bem como em ações e em serviços públicos de saúde;
- ✓ Destinação dos recursos obtidos com a alienação de ativos;
- ✓ Observância do repasse mensal de recursos ao Poder Legislativo do município;
- ✓ Aplicação de recursos públicos realizada por entidades de direito privado;
- ✓ Medidas adotadas para proteger o patrimônio público, em especial o ativo imobilizado;
- ✓ Termos de parceria firmados e participação do município em consórcio público, as respectivas leis e o impacto financeiro no orçamento;
- ✓ Cumprimento, da parte dos representantes dos órgãos ou entidades do município, dos prazos de encaminhamento de informações, por meio do Sistema Informatizado de Contas dos Municípios;
- ✓ Outras informações que desrespeito a execução orçamentária, financeira, patrimonial e operacional.



As informações contidas nesse relatório constituem uma síntese das principais atividades desenvolvidas pela Controladoria Geral do Município, no período de janeiro a dezembro de 2024, incluindo procedimentos de auditoria e análise de despesas e demonstrativos contábeis do exercício financeiro de 2024, tendo por analogia o que dispõe a os artigos 9.A e 9.B da Instrução Normativa TCU nº 88/2020, que alterou a Instrução Normativa TCU nº 71/2012, in verbis:

*Art. 3º O Capítulo II da IN-TCU nº 71/2012 será acrescido da Seção V denominada Da Omissão na Transição de Mandatos, a qual será composta pelos artigos 9.A e 9.B, conforme redação abaixo:*

*Art. 9.A. Nos casos de omissão, a corresponsabilidade do sucessor não alcança débitos relacionados a recursos geridos integralmente por seu antecessor, sem prejuízo da sanção ao sucessor quando este for omisso em prestar, no prazo devido, as contas referentes aos atos de seu antecessor.*

*Parágrafo único. O sucessor poderá responder pelo débito, na hipótese prevista neste artigo, quando ele der causa à paralisação indevida da execução do objeto, iniciada pelo antecessor, a qual resulte em imprestabilidade total da parcela executada.*

*Art. 9.B. Quando o período de gestão integral dos recursos não coincidir com o mandato em que ocorrer o vencimento da prestação de contas, havendo dúvidas sobre quem deu causa à omissão, antecessor e sucessor serão notificados para recolher o débito, prestar contas ou apresentar justificativas sobre a omissão, o primeiro por supostamente não ter deixado a documentação necessária para que o sucessor pudesse prestar contas e o segundo por ter descumprido o dever de apresentar a prestação de contas no prazo devido.*

*Parágrafo único. O sucessor poderá se eximir da responsabilidade sobre a omissão se, cumulativamente, demonstrar a adoção de medida legal de resguardo ao patrimônio público e apresentar justificativas que demonstrem a impossibilidade de prestar contas no prazo legal, acompanhadas de elementos comprobatórios das ações concretas adotadas para reunir a documentação referente às contas.*

A atuação foi especificamente em comprovação da legalidade e a legitimidade da despesa pública e procedimentos administrativos, contábeis, financeiros, operacionais e patrimoniais.

## AMBIENTE INTERNO

A Constituição Federal de 1988 faz referência ao Sistema de Controle Interno, que deve ser institucionalizado mediante lei em cada esfera de governo. Desta forma pode se concluir que o funcionamento do Sistema de Controle Interno do Município tem que estar inserido na estrutura organizacional de cada Poder. Isso envolve um conjunto de atividades de controle exercidas internamente em todas as Unidades Administrativas, sob a coordenação de um órgão central, neste caso a Controladoria Geral do Município.

Diferente do que a maioria dos órgãos fiscalizadores entende, não há subordinação da Controladoria Geral do Município aos órgãos de fiscalização externa, em especial a Câmara de Vereadores. O órgão de controle possui autonomia funcional. Isso significa que não existe subordinação hierárquica da Controladoria Geral do Município a nenhuma unidade administrativa, devendo reportar, sempre que necessário, à autoridade competente. Embora a Controladoria esteja sempre à disposição para colaborar com os órgãos de fiscalização externa, que raramente faz uso deste mandamento constitucional (*inciso IV do art. 74 CF/88*).

A Controladoria Geral do Município exerce a fiscalização em quase todos os órgãos municipais, emitindo atos de auditoria e orientações técnicas através das instruções normativas e pareceres. No ano de 2024 foram expedidos:

- ✓ **Emissão de Orientações Técnicas;**
- ✓ **Emissão de Pareceres da Controladoria para dispensas, Inexigibilidades, Pregões e Chamada Públicas;**
- ✓ **Acompanhamento presencial em obras Públicas.**

Para o exercício eficaz de suas atividades, a Controladoria Geral contou com o apoio do gestor e boa instalação física, em especial de assessoria especializada, além de contar com um quadro de pessoal técnico e administrativo qualificado.

Alguns fatores, entretanto, precisam ser aperfeiçoados. Dentre eles destacam-se, criação de estrutura física para o funcionamento do Almoxarifado e o efetivo registro dos bens móveis e imóveis do município adquiridos ao longo do exercício financeiro para sua devida manutenção e acompanhamento.





## FUNDEB

### Aplicação dos Recursos do FUNDEB:

Este parecer objetiva proceder análise dos demonstrativos das prestações de contas desenvolvidas pela Prefeitura Municipal de Riacho de Santana/RN, em acompanhamento da aplicabilidade dos recursos, consoante a Lei Federal nº 14.133/2021. Este documento foi desenvolvido partindo da análise dos demonstrativos disponibilizados pelo setor de contabilidade por intermédio do Senhor HUGO RICARDO FERNANDES TORRES, contador municipal, com registro nº CRC/PB 012601/O T-RN.

### Demonstrativos:

Apensado a este parecer, segue demonstrativos extraídos do site do Banco do Brasil <https://www42.bb.com.br/portallbb/daf/beneficiario,802,4647,4652,0,1.bbx> que é um link de acesso aberto para consulta pública das receitas advindas do FUNDEB durante o exercício financeiro de 2024, em que podemos observar, além desta consulta apenas, retirada dos balancetes contábeis as receitas provenientes de rendimento de aplicação financeira do recurso em discussão, senão vejamos:

### RECEITAS DO FUNDEB 2024

<b>FUNDEB</b>		
<b>RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO</b>	<b>PREVISÃO ATUALIZADA (a)</b>	<b>RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)</b>
<b>6- TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS</b>	<b>4.095.550,00</b>	<b>5.642.474,05</b>
6.1- FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	3.701.000,00	4.778.472,83
6.1.1- Principal	0,00	0,00
6.1.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
6.1.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb	126.050,00	0,00
6.2- FUNDEB - Complementação da União - VAAF	126.050,00	0,00
6.2.1- Principal	0,00	0,00
6.2.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
6.2.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb	144.000,00	864.001,22
6.3- FUNDEB - Complementação da União - VAAT	144.000,00	864.001,22
6.3.1- Principal	0,00	0,00
6.3.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
6.3.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb	124.500,00	0,00
6.4- FUNDEB - Complementação da União - VAAR	124.500,00	0,00
6.4.1- Principal	0,00	0,00
6.4.2- Rendimento de Aplicação Financeira	0,00	0,00
6.4.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00

## DESPESAS DO FUNDEB 2024

DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB (Por Subfunção)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
<b>10- TOTAL DAS DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB</b>	6.025.156,63	5.579.616,76	5.579.616,76	5.550.026,92	0,00
10.1- PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	4.335.101,00	4.151.691,85	4.151.691,85	4.125.394,41	0,00
10.1.1- Educação Infantil	0,00	576.663,42	576.663,42	576.663,42	0,00
10.1.2- Ensino Fundamental	4.335.101,00	3.375.028,43	3.375.028,43	3.348.730,99	0,00
10.1.3- Educação de Jovens e Adultos	0,00	200.000,00	200.000,00	200.000,00	0,00
10.1.4- Educação Especial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.1.5- Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2- OUTRAS DESPESAS	1.690.055,63	1.427.924,91	1.427.924,91	1.424.632,51	0,00
10.2.1- Educação Infantil	0,00	287.337,80	287.337,80	287.337,80	0,00
10.2.2- Ensino Fundamental	1.690.055,63	1.140.587,11	1.140.587,11	1.137.294,71	0,00
10.2.3- Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.4- Educação Especial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.5- Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.6- Transporte (Escolar)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.7- Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

## VALOR APLICADO NO FUNDEB

INDICADORES - Art. 212-A, inciso XI e § 3º - Constituição Federal <sup>2</sup>		VALOR EXIGIDO (j)	VALOR APLICADO (k)	VALOR CONSIDERADO APÓS DEDUÇÕES (l)	% APLICADO <sup>10</sup> (m)
15- MÍNIMO DE 70% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA		3.949.731,84	4.151.691,85	4.151.691,85	73,58
16 - PERCENTUAL DA COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDEB - VAAT NA EDUCAÇÃO INFANTIL (INDICADOR IEI)		456.106,24	864.001,22	864.001,22	100,00
17- MÍNIMO DE 15% DA COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDEB - VAAT EM DESPESAS DE CAPITAL		129.600,18	287.337,80	287.337,80	33,26
INDICADOR - Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 - (Máximo de 10% de Superávit) <sup>3</sup>	VALOR MÁXIMO PERMITIDO (n)	VALOR NÃO APLICADO (o)	VALOR NÃO APLICADO APÓS AJUSTE (p)	VALOR NÃO APLICADO EXCEDENTE AO MÁXIMO PERMITIDO (q)	% NÃO APLICADO (r)
18- TOTAL DA RECEITA RECEBIDA E NÃO APLICADA NO EXERCÍCIO	564.247,40	62.857,29	62.857,29	0,00	1,11



## PARECER CONCLUSIVO

O controle social do FUNDEB do município de Riacho de Santana/RN, em atendimento às exigências legais e a regulamentação vigente, é de parecer pela aprovação nas contas de gestão referente ao exercício financeiro de 2024, encontrando-se o processo em condição de ser submetido ao tribunal de contas do estado do Rio Grande do Norte.

A opinião supra está consubstanciada no resultado do acompanhamento dos demonstrativos orçamentários, financeiros, contábeis e na documentação que fundamenta os registros e as informações relativas ao ano corrente, examinadas à luz dos preceitos e normas de administração pública e nos critérios estabelecidos.

A opinião supra não é lide nem respalda irregularidades não detectadas nos trabalhos desenvolvidos, nem isenta dos encaminhamentos administrativos e legais que ensejarem. Tendo em vista que esse corpo técnico trabalha em consonância com outros departamentos na obtenção de informações, como: conselho de educação, conselho do FUNDEB.

Em sinopse o valor arrecadado do FUNDEB foi de R\$ 5.642.474,05 em que se classifica R\$ 4.778.472,83 pelo valor formado das transferências constitucionais de impostos; E o valor de R\$ 864.001,22 de VAAT.

. Desta forma os indicadores do Art. 212- A, INC 11 e parágrafo 3º da Constituição Federal de 1988, assim como a Lei Federal 14.113 de 2020 que regulamenta o FUNDEB, discorre sobre o percentual mínimo a ser aplicado na remuneração dos profissionais do magistério que é 70% do valor arrecado. Diante disso o valor mínimo exigido era de R\$ 3.949.731,84, entretanto o valor aplicado foi de R\$ 4.151.691,85, o que leva ao percentual de 73,58% aplicado. Esta unidade de controle interno percebe que o ente cumpriu o estabelecido em norma.

## GESTÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL.

A gestão orçamentária e financeira do Município é atribuição da Secretaria Municipal de finanças. A Controladoria Geral do Município com o auxílio do serviço de Contabilidade estabeleceu metodologia de acompanhamento da execução orçamentária por meio dos quadros de cotas trimestrais da despesa, as metas financeiras por meio do cronograma mensal de desembolso, não sendo necessário fazer constar neste relatório os dados de



acompanhamento mensal, mas uma análise das demonstrações contábeis conforme quadro abaixo:

# PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DE SANTANA/RN.

Rua Manoel de Souza Lima, 350 - Centro - 59987-000 - Riacho de Santana/RN  
CNPJ: 08.357.634/0001-08

www.riachodasantana.rn.gov.br

Usuário: HUGO RICARDO


Chave de Autenticação  
1744-7011-207

Página  
1 de 1

## Anexo 8 da Lei Nº 4.320/1964 - Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções e Programas, Conforme o Vínculo com os Recursos

Valores em R\$ - Período: Orçamento/2024

Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
1	Legislativa	1.749.500,00		1.749.500,00
1 31	Ação Legislativa	1.749.500,00		1.749.500,00
1 31 2000	AÇÃO DO LEGISLATIVO	1.749.500,00		1.749.500,00
4	Administração	3.360.050,00	300.000,00	3.660.050,00
4 122	Administração Geral	3.360.050,00	300.000,00	3.660.050,00
4 122 1000	GESTÃO ADMINISTRATIVA	3.360.050,00	300.000,00	3.660.050,00
8	Assistência Social	1.084.800,00	460.100,00	1.544.800,00
8 122	Administração Geral	546.300,00		546.300,00
8 122 5000	GESTÃO ADMINISTRATIVA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	546.300,00		546.300,00
8 243	Assistência à Criança e ao Adolescente	260.500,00	107.000,00	367.500,00
8 243 5000	GESTÃO ADMINISTRATIVA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	260.500,00	107.000,00	367.500,00
8 244	Assistência Comunitária	278.000,00	353.000,00	631.000,00
8 244 5000	GESTÃO ADMINISTRATIVA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	278.000,00	353.000,00	631.000,00
9	Providência Social	31.000,00		31.000,00
9 271	Providência Básica	31.000,00		31.000,00
9 271 1000	GESTÃO ADMINISTRATIVA	31.000,00		31.000,00
10	Saúde	1.710.100,00	2.275.000,00	5.585.100,00
10 301	Atenção Básica	2.757.000,00	1.505.000,00	4.262.000,00
10 301 6000	GESTÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE	2.757.000,00	1.505.000,00	4.262.000,00
10 302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	434.100,00	522.000,00	956.100,00
10 302 6000	GESTÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE	434.100,00	522.000,00	956.100,00
10 303	Suporte Profilático e Terapêutico	54.000,00	99.000,00	153.000,00
10 303 6000	GESTÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE	54.000,00	99.000,00	153.000,00
10 304	Vigilância Sanitária	17.000,00	111.000,00	128.000,00
10 304 6000	GESTÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE	17.000,00	111.000,00	128.000,00
10 305	Vigilância Epidemiológica	48.000,00	38.000,00	86.000,00
10 305 6000	GESTÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE	48.000,00	38.000,00	86.000,00
11	Trabalho	254.000,00		254.000,00
11 331	Proteção e Benefícios ao Trabalhador	254.000,00		254.000,00
11 331 1000	GESTÃO ADMINISTRATIVA	254.000,00		254.000,00
12	Educação	2.394.050,00	4.873.700,00	7.267.750,00
12 122	Administração Geral	644.500,00	433.100,00	1.077.600,00
12 122 4000	INFRAESTRUTURA EDUCACIONAL	644.500,00	433.100,00	1.077.600,00
12 306	Alimentação e Nutrição	68.500,00	79.000,00	147.500,00
12 306 4000	INFRAESTRUTURA EDUCACIONAL	68.500,00	79.000,00	147.500,00
12 361	Ensino Fundamental	781.500,00	2.975.100,00	3.756.600,00
12 361 4000	INFRAESTRUTURA EDUCACIONAL	781.500,00	2.975.100,00	3.756.600,00
12 365	Educação Infantil	236.050,00	1.030.500,00	1.266.550,00
12 365 4000	INFRAESTRUTURA EDUCACIONAL	236.050,00	1.030.500,00	1.266.550,00
12 366	Educação de Jovens e Adultos	42.000,00	163.000,00	205.000,00
12 366 4000	INFRAESTRUTURA EDUCACIONAL	42.000,00	163.000,00	205.000,00
12 367	Educação Especial	22.500,00	193.000,00	215.500,00
12 367 4000	INFRAESTRUTURA EDUCACIONAL	22.500,00	193.000,00	215.500,00
12 368	Educação Básica	599.000,00		599.000,00
12 368 4000	INFRAESTRUTURA EDUCACIONAL	599.000,00		599.000,00
13	Cultura	544.500,00		544.500,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DE SANTANA/RN.

Rua Manoel de Souza Lima, 350 - Centro - 59987-000 - Riacho de Santana/RN  
CNPJ: 08.357.634/0001-08

Usuário: RUIGO RICARDO

Chave de Autenticação: 1244-7502-207

Página: 2 / 1

Anexo 8 da Lei Nº 4.320/1964 - Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções e Programas, Conforme o Vínculo com os Recursos

Valores em R\$ - Período: Orçamento/2024

Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
13 392	Difusão Cultural	544.500,00		544.500,00
13 392 1000	GESTÃO ADMINISTRATIVA	544.500,00		544.500,00
15	Urbanismo	2.569.000,00	458.000,00	2.967.000,00
15 122	Administração Geral	80.000,00		80.000,00
15 122 1000	GESTÃO ADMINISTRATIVA	80.000,00		80.000,00
15 451	Infra-estrutura Urbana	205.500,00	458.000,00	1.163.500,00
15 451 1000	GESTÃO ADMINISTRATIVA	205.500,00	458.000,00	1.163.500,00
15 452	Serviços Urbanos	1.223.500,00		1.223.500,00
15 452 1000	GESTÃO ADMINISTRATIVA	1.223.500,00		1.223.500,00
17	Saneamento	15.000,00		15.000,00
17 512	Saneamento Básico Urbano	15.000,00		15.000,00
17 512 6000	GESTÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE	15.000,00		15.000,00
20	Agricultura	925.000,00	251.000,00	1.176.000,00
20 122	Administração Geral	475.000,00		475.000,00
20 122 1000	GESTÃO ADMINISTRATIVA	475.000,00		475.000,00
20 606	Extensão Rural	450.000,00	251.000,00	701.000,00
20 606 1000	GESTÃO ADMINISTRATIVA	450.000,00	251.000,00	701.000,00
23	Comércio e Serviços	94.000,00		94.000,00
23 605	Turismo	94.000,00		94.000,00
23 605 1000	GESTÃO ADMINISTRATIVA	94.000,00		94.000,00
25	Energia	557.500,00		557.500,00
25 752	Energia Elétrica	557.500,00		557.500,00
25 752 1000	GESTÃO ADMINISTRATIVA	557.500,00		557.500,00
26	Transporte	726.500,00	2.007.000,00	2.728.500,00
26 122	Administração Geral	726.500,00		726.500,00
26 122 1000	GESTÃO ADMINISTRATIVA	726.500,00		726.500,00
26 782	Transporte Rodoviário	2.007.000,00		2.007.000,00
26 782 1000	GESTÃO ADMINISTRATIVA	2.007.000,00		2.007.000,00
27	Desporto e Lazer	299.000,00	2.548.500,00	2.847.500,00
27 812	Desporto Comunitário	299.000,00	2.548.500,00	2.645.500,00
27 812 1000	GESTÃO ADMINISTRATIVA	299.000,00	2.548.500,00	2.346.500,00
27 813	Lazer	299.000,00		299.000,00
27 813 1000	GESTÃO ADMINISTRATIVA	299.000,00		299.000,00
28	Encargos Especiais	179.000,00	202.000,00	179.000,00
28 841	Refinanciamento da Dívida Interna	179.000,00		179.000,00
28 841 1000	GESTÃO ADMINISTRATIVA	179.000,00		179.000,00
99	Reserva de Contingência	150.000,00		150.000,00
99 999	Reserva de Contingência	150.000,00		150.000,00
99 999 9999	RESERVA DE CONTINGENCIA	150.000,00		150.000,00
Total		18.183.000,00	13.168.200,00	31.351.200,00
TOTAL GERAL		18.183.000,00	13.168.200,00	31.351.200,00

Entidade Consolidada: Câmara Municipal de Riacho de Santana, Prefeitura Municipal de Riacho de Santana, Fundo Municipal de Saúde, Fundo Municipal de Assistência Social

Neste sentido a Controladoria Geral do Município considerar a execução orçamentária da receita eficiente, atingindo o planejado para o exercício de 2024.

Em se tratando das peças elaboradas de planejamento orçamentário, acompanhamos a programação e planificação das ações nelas inseridas através dos relatórios expedidos e requeridos ao setor de contabilidade afim de analisar a compatibilidade entre as peças e as possíveis discrepâncias dos valores previstos e fixados no orçamento. Em suma, averiguamos que a execução se aproxima do planejado, entretanto aquelas que observamos valores de grande vulto e não executadas são as provenientes dos projetos de possíveis termo de convênios congêneres, termo de parcerias, emendas parlamentares e afins.

Em se tratando de gestão patrimonial o município não possui implantado equipe especializada para gestão e acompanhamento das aquisições, amortizações, depreciações, atualizações dos bens moveis e imóveis muito menos registro de qualquer norma local que regulamente esses atos e fatos administrativos para dar Fidedignidade a real situação do patrimônio público. Recorremos ao chefe do executivo e alertamos de maneira informal através de reuniões a necessidade de reavaliar e regulamentar as informações.



## **Limites e Condições para a Realização da Despesa Total com Pessoal**



A handwritten signature in blue ink, located in the bottom right corner of the page.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DE SANTANA/RN.**

PODER EXECUTIVO  
**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**  
**DESPESA COM PESSOAL**

**ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
Período de referência: Janeiro/2024 a Dezembro/2024

		R\$ 1,00
DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS	
	(Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS <sup>1</sup> (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	11.643.782,68	0,00
Pessoal Ativo	11.643.782,68	0,00
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	10.534.942,88	0,00
Obrigações Patronais	1.108.839,80	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	0,00	0,00
Aposentadorias, Reserva e Reformas	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art.18 da LRF)	0,00	0,00
Despesa com Pessoal Não Executada Orçamentariamente	2.550,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária e Deduções Constitucionais	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao de apuração	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao de apuração	2.550,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
Agentes Comunitários de Saúde e de Combate às Endemias com Recursos Vinculados (CF, art. 198, §11)	0,00	0,00
Parcela dedutível referente ao piso salarial do Enfermeiro, Técnico de Enfermagem, Auxiliar de Enfermagem e Parteira (ADCT, art. 38, §2º)	0,00	0,00
Outras Deduções Constitucionais ou Legais	0,00	0,00
<b>DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)</b>	<b>11.641.232,68</b>	<b>0,00</b>

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	29.100.896,94	---
(-) Transferências Obrigatórias da União relativas às emendas Individuais (art. 166-A, § 1º, da CF)	0,00	---
(-) Transferências Obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF)	0,00	---
(-) Transferências da União relativas à remuneração dos agentes comunitários de saúde e de combate às endemias (CF, art. 198, §11)	0,00	---
(-) Outras Deduções Constitucionais ou Legais	0,00	---
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA O CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (V)	29.100.896,94	---
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VI) = (III a + III b)	11.641.232,68	40,00
LIMITE MÁXIMO (VII) (Incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	15.714.484,35	54,00
LIMITE PRUDENCIAL (VIII) = (0,95 x VII) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	14.928.760,13	51,30
LIMITE DE ALERTA (IX) = (0,90 x VII) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	14.143.035,92	48,60

FONTE: Sistema e-Pública (2056-5871-249). Unidade Responsável: . Data da emissão: 24/04/2025 e hora de emissão: 16:34.

Nota: 1. Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

*[Handwritten signature]*



O art. 19 da LRF estabelece que o Município não deve gastar com pessoal mais do que 60% da Receita Corrente Líquida (RCL), distribuídos entre os Poderes Executivo e Legislativo, respectivamente, 54% e 6%, calculados sobre o somatório da RCL acumulada nos últimos 12 meses.

O limite de alerta que deve ser dado pela Controladoria Geral ao Chefe do Poder Executivo é quando a despesa com pessoal atingir 90% do limite permitido (90% de 54% da RCL) que corresponde a 40,00% da RCL. Sendo assim, com o atingimento de 48,60% da RCL com gastos com pessoal, já cabe a emissão de alerta ao Gestor.

Previamente, compreendemos que o ente cumpriu a rigor os limites constitucionais, tomando as medidas para represar e conter o superavit de despesas com pessoal. Entretanto, com a limitação desta controladoria, impossibilitou o acompanhamento da maioria dos atos e fatos administrativos que compete ao setor de recursos humanos, desde fiscalização da correta aplicação salarial, dos pisos, dos reajustes, das incorporações salariais, da legalidade das admissões, do pagamento dos encargos previdenciários. Em suma, por esta controladoria tratar de um corpo técnico que limita a um membro, inviabiliza emissão de pareceres mais delineados.

### **Aplicação dos Recursos na Manutenção e no Desenvolvimento do Ensino**

A Controladoria Geral do Município analisou a movimentação dos valores correspondentes às fontes de recursos destinadas ao ensino foram feitas em contas específicas, sendo as transferências realizadas de forma regular. O quadro extraído do sistema contábil demonstra os seguintes valores aplicados no ensino:

10-05



**DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE - CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS (EXCETO FUNDEB)**

DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS EXCETO FUNDEB (Por Subfunção)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
<b>0- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM RECEITAS DE IMPOSTOS</b>	<b>2.009.873,37</b>	<b>1.536.598,46</b>	<b>1.529.951,86</b>	<b>1.236.923,21</b>	<b>6.646,60</b>
20.1- Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20.2- Ensino Fundamental	2.009.873,37	1.536.598,46	1.529.951,86	1.236.923,21	6.646,60
20.3- Educação de Jovens e adultos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20.4- Educação Especial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20.5- Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20.6- Transporte (Escolar)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20.7- Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

APURAÇÃO DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL			VALOR
22- TOTAL DAS DESPESAS DE MDE CUSTEADAS COM RECURSOS DE IMPOSTOS = L20(d ou e)			1.536.598,46
23- TOTAL DAS RECEITAS TRANSFERIDAS AO FUNDEB = (L4)			3.730.814,77
24- (-) RECEITAS DO FUNDEB NÃO UTILIZADAS NO EXERCÍCIO, EM VALOR SUPERIOR A 10% = L18(q)			0,00
25- (-) SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO IMEDIATAMENTE ANTERIOR NÃO APLICADO ATÉ O PRIMEIRO QUADRIMESTRE DO EXERCÍCIO ATUAL = L19(x)			0,00
26- (-) RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS <sup>4</sup>			0,00
27- (-) CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (L30.1(af) + L30.2(af))			0,00
<b>28- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE (22 + 23 - 24 - 25 - 26 - 27)</b>			<b>5.267.413,23</b>
APURAÇÃO DO LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL <sup>2 e 5</sup>	VALOR EXIGIDO (z)	VALOR APLICADO (aa)	% APLICADO (ab)
29- APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS	5.266.276,32	5.267.413,23	25,01

Para as aplicações em despesas com recursos próprios em educação, analisando o quadro do relatório resumido de execução orçamentária do sexto bimestre de 2024 percebe-se que, o ente atingiu os percentuais que preceituam a lei de responsabilidade fiscal, assim como, o que preceitua o artigo 212 da Constituição federal de 1988. Desta feita os relatórios apresentaram as pouca técnicas que o município de Riacho de Santana conseguiu alçar os percentuais mínimos de aplicação em educação e valorização do magistério. Percentual mínimo de aplicação em educação de 25%.



TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO	DOTAÇÃO ATUALIZADA Até o Bimestre (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
<b>33- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (10 + 20 + 32)</b>	<b>9.495.428,00</b>	<b>8.012.001,29</b>	<b>8.005.354,69</b>	<b>7.238.871,19</b>	<b>6.646,60</b>
33.1- Despesas Correntes	8.035.030,00	7.064.724,49	7.058.077,89	6.885.785,40	6.646,60
33.1.1- Pessoal Ativo	5.929.350,00	5.389.732,27	5.389.732,27	5.358.793,07	0,00
33.1.2- Pessoal Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33.1.3- Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33.1.4- Outras Despesas Correntes	2.105.680,00	1.674.992,22	1.668.345,62	1.526.992,33	6.646,60
33.2- Despesas de Capital	1.460.398,00	947.276,80	947.276,80	353.085,79	0,00
33.2.1- Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33.2.2- Outras Despesas Capital	1.460.398,00	947.276,80	947.276,80	353.085,79	0,00

OUTRAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (Por Subfunção) <sup>c</sup>	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
<b>32- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO</b>	<b>1.460.398,00</b>	<b>895.786,07</b>	<b>895.786,07</b>	<b>451.921,06</b>	<b>0,00</b>

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)
<b>31- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO</b>	<b>751.000,00</b>	<b>1.310.264,37</b>
31.1- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE (INCLUINDO RENDIMENTOS DE APLICAÇÃO FINANCEIRA)	581.000,00	1.160.686,61
31.1.1- Salário-Educação	130.000,00	315.457,23
31.1.2- PDDE	6.000,00	0,00
31.1.3- PNAE	75.000,00	133.218,00
31.1.4- PNATE	80.000,00	48.595,08
31.1.5- Outras Transferências do FNDE	290.000,00	663.416,30
31.2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	170.000,00	149.577,76
31.3- RECEITA DE ROYALTIES DESTINADOS À EDUCAÇÃO	0,00	0,00
31.4- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À EDUCAÇÃO	0,00	0,00
31.5- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	0,00	0,00

Dados obtidos do SIOPE, sobre a movimentação da educação no tocante a recursos próprios, FUNDEB e transferências do FNDE.

## Aplicação dos Recursos em Ações e em Serviços Públicos de Saúde, com Especificação dos Índices Alcançados.

O próximo demonstrativo relata as receitas para fim de apuração da despesa mínima com ações de serviço público em saúde que é de 15%, além do que, segrega as despesas incorridas com as transferências do SUS e o percentual atingido que foi ASPS de acordo com LC 142.

RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)	% (b/a) x 100
RECEITA DE IMPOSTOS (I)	540.000,00	540.000,00	703.762,98	130,33
Receita Resultante do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	10.000,00	10.000,00	759,05	7,59
Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	30.000,00	30.000,00	7.900,00	26,33
Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	150.000,00	150.000,00	191.124,70	127,42
Receita Resultante do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza Retido na Fonte - IRRF	350.000,00	350.000,00	503.979,23	143,99
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	18.860.000,00	18.860.000,00	18.654.073,82	98,91
Cota-Parte FPM	16.000.000,00	16.000.000,00	16.566.669,20	103,54
Cota-Parte ITR	5.000,00	5.000,00	378,39	7,57
Cota-Parte do IPVA	150.000,00	150.000,00	117.195,16	78,13
Cota-Parte do ICMS	2.700.000,00	2.700.000,00	1.965.940,03	72,81
Cota-Parte do IPI - Exportação	5.000,00	5.000,00	3.891,04	77,82
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - (III) = (I) + (II)</b>	<b>19.400.000,00</b>	<b>19.400.000,00</b>	<b>19.357.836,80</b>	<b>99,78</b>

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (ASPS) - POR SUBFUNÇÃO E CATEGORIA ECONÔMICA	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o bimestre (d)	% (d/c) x 100	DESPESAS LIQUIDADAS Até o bimestre (e)	% (e/c) x 100	DESPESAS PAGAS Até o bimestre (f)	% (f/c) x 100	Inscritas em Restos a Pagar Não Processados (g)
ATENÇÃO BÁSICA (IV)	2.757.000,00	3.554.314,05	3.381.603,03	95,14	3.327.134,33	93,61	3.191.665,83	89,80	54.468,70
Despesas Correntes	2.612.000,00	3.498.814,05	3.326.103,03	95,06	3.298.684,33	94,28	3.163.215,83	90,41	27.418,70
Despesas de Capital	145.000,00	55.500,00	55.500,00	100,00	28.450,00	51,26	28.450,00	51,26	27.050,00
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (V)	434.100,00	366.392,00	339.472,28	92,65	331.672,28	90,52	326.142,68	89,01	7.800,00
Despesas Correntes	429.100,00	366.392,00	339.472,28	92,65	331.672,28	90,52	326.142,68	89,01	7.800,00
Despesas de Capital	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPOORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (VI)	54.000,00	220.345,00	220.333,22	99,99	220.333,22	99,99	220.333,22	99,99	0,00
Despesas Correntes	53.000,00	220.345,00	220.333,22	99,99	220.333,22	99,99	220.333,22	99,99	0,00
Despesas de Capital	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (VII)	17.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	15.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	1.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (VIII)	48.000,00	5.000,00	4.200,00	84,00	4.200,00	84,00	4.200,00	84,00	0,00
Despesas Correntes	48.000,00	5.000,00	4.200,00	84,00	4.200,00	84,00	4.200,00	84,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL (XI) = (IV + V + VI + VII + VIII + IX + X)</b>	<b>3.310.100,00</b>	<b>4.146.051,05</b>	<b>3.945.608,53</b>	<b>95,17</b>	<b>3.883.339,83</b>	<b>93,66</b>	<b>3.742.341,73</b>	<b>90,26</b>	<b>62.268,70</b>

### APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE MÍNIMO PARA APLICAÇÃO EM ASPS

	DESPESAS EMPENHADAS (d)	DESPESAS LIQUIDADAS (e)	DESPESAS PAGAS (f)
Total das Despesas com ASPS (XII) = (XI)	3.945.608,53	3.883.339,83	3.742.341,73
(-) Restos a Pagar Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira (XIII)	0,00	N/A	N/A
(-) Despesas Custeadas com Recursos Vinculados à Parcela do Percentual Mínimo que não foi Aplicada em ASPS em Exercícios Anteriores (XIV)	0,00	0,00	0,00
(-) Despesas Custeadas com Disponibilidade de Caixa Vinculada aos Restos a Pagar Cancelados (XV)	0,00	0,00	0,00
(=) VALOR APLICADO EM ASPS (XVI) = (XII - XIII - XIV - XV)	3.945.608,53	3.883.339,83	3.742.341,73
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x 15% (LC 141/2012)			2.903.675,52
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVIII) = (III) x % (Lei Orgânica Municipal)			N/A
Diferença entre o Valor Aplicado e a Despesa Mínima a ser Aplicada (XVIII) = (XVI) (d ou e) - (XVII)	1.041.933,01	979.664,31	838.666,21
Limite não Cumprido (XIX) = (XVIII) (Quando valor for inferior a zero)	0,00	0,00	0,00
PERCENTUAL DA RECEITA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS APLICADO EM ASPS (XVI / III) x 100 (mínimo de 15% conforme LC n° 141/2012 ou % da Lei Orgânica Municipal)	20,38	20,06	19,33



RECEITAS ADICIONAIS PARA O FINANCIAMENTO DA SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)	% (b/a) x 100
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS PARA A SAÚDE (XXX)	2.250.000,00	2.250.000,00	3.623.667,07	161,05
Provenientes da União	2.210.000,00	2.210.000,00	3.469.542,97	156,99
Provenientes dos Estados	40.000,00	40.000,00	154.124,10	385,31
Provenientes de Outros Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS VINCULADAS A SAÚDE (XXX)	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS (XXXI)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE (XXXII) = (XXX + XXX + XXXI)	2.250.000,00	2.250.000,00	3.623.667,07	161,05

DESPESAS COM SAÚDE POR SUBFUNÇÕES E CATEGORIA ECONÔMICA NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o bimestre (d)	% (d/c) x 100	DESPESAS LIQUIDADAS Até o bimestre (e)	% (e/c) x 100	DESPESAS PAGAS Até o bimestre (f)	% (f/c) x 100	Inscritas em Restos a Pagar não Processados (g)
ATENÇÃO BÁSICA (XXXIII)	1.505.000,00	4.085.291,25	3.963.840,14	97,03	3.927.193,49	96,13	3.826.296,17	93,66	36.646,65
Despesas Correntes	1.110.000,00	3.494.253,25	3.372.802,46	96,52	3.370.802,46	96,47	3.269.905,14	93,58	2.000,00
Despesas de Capital	395.000,00	591.038,00	591.037,68	100,00	556.391,03	94,14	556.391,03	94,14	34.646,65
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XXXIV)	522.000,00	565.775,00	555.635,36	98,21	555.635,36	98,21	555.635,36	98,21	0,00
Despesas Correntes	312.000,00	339.230,00	329.145,37	97,03	329.145,37	97,03	329.145,37	97,03	0,00
Despesas de Capital	210.000,00	226.545,00	226.489,99	99,98	226.489,99	99,98	226.489,99	99,98	0,00
SUPOORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XXXV)	99.000,00	48.184,00	36.980,58	76,75	36.980,58	76,75	36.980,58	76,75	0,00
Despesas Correntes	95.000,00	48.184,00	36.980,58	76,75	36.980,58	76,75	36.980,58	76,75	0,00
Despesas de Capital	4.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XXXVI)	111.000,00	50.400,00	46.200,00	91,67	46.200,00	91,67	46.200,00	91,67	0,00
Despesas Correntes	109.000,00	50.400,00	46.200,00	91,67	46.200,00	91,67	46.200,00	91,67	0,00
Despesas de Capital	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XXXVII)	38.000,00	85.770,00	73.941,00	86,21	73.941,00	86,21	73.941,00	86,21	0,00
Despesas Correntes	38.000,00	85.770,00	73.941,00	86,21	73.941,00	86,21	73.941,00	86,21	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XXXVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XXXIX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO (XL) = (XXXIII + XXXIV + XXXV + XXXVI + XXXVII + XXXVIII + XXXIX)	2.275.000,00	4.835.420,25	4.676.597,08	96,72	4.639.950,43	95,96	4.539.053,11	93,87	36.646,65

DESPESAS TOTAIS COM SAÚDE EXECUTADAS COM COM RECURSOS PRÓPRIOS E COM RECURSOS TRANSFERIDOS DE OUTROS ENTES	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o bimestre (d)	% (d/c) x 100	DESPESAS LIQUIDADAS Até o bimestre (e)	% (e/c) x 100	DESPESAS PAGAS Até o bimestre (f)	% (f/c) x 100	Inscritas em Restos a Pagar não Processados (g)
ATENÇÃO BÁSICA (LI) = (IV + XXXIII)	4.262.000,00	7.639.605,30	7.345.443,17	96,15	7.254.327,82	94,96	7.017.962,00	91,86	91.115,35
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XLII) = (V + XXXIV)	956.100,00	932.167,00	895.107,64	96,02	887.307,64	95,19	881.778,04	94,59	7.800,00
SUPOORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XLIII) = (VI + XXXV)	153.000,00	268.529,00	257.313,80	95,82	257.313,80	95,82	257.313,80	95,82	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XLIV) = (VII + XXXVI)	128.000,00	50.400,00	46.200,00	91,67	46.200,00	91,67	46.200,00	91,67	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XLV) = (VIII + XXXVII)	86.000,00	90.770,00	78.141,00	86,09	78.141,00	86,09	78.141,00	86,09	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XLVI) = (IX + XXXVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XLVII) = (X + XXXIX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (XLVIII) = (LI + XLII)	5.585.100,00	8.981.471,30	8.622.205,61	96,00	8.523.290,26	94,90	8.281.394,84	92,21	98.915,35
(-) Despesas da Fonte: Transferências da União - inciso I do art. 5º da Lei Complementar 173/2020	2.275.000,00	4.835.420,25	4.676.597,08	96,72	4.639.950,43	95,96	4.539.053,11	93,87	36.646,65
TOTAL DAS DESPESAS EXECUTADAS COM RECURSOS PRÓPRIOS (XLIX)	3.310.100,00	4.146.051,05	3.945.608,53	95,17	3.883.339,83	93,66	3.742.341,73	90,26	62.268,70

Os quadros acima são resultado da apuração do anexo 12 do relatório resumido de execução orçamentária que tem como função apresentar arrecadação as receitas que devem compor a memória de cálculo do mínimo de aplicação em ações de serviço público em saúde que é de 15%. Além disso este quadro tem como função apresentar em sua totalidade as despesas com saúde e os valores arrecadados transferências do SUS assim como as suas despesas. De acordo com as normas estabelecidas identificamos que o ente cumpriu o limite mínimo de aplicação em serviços públicos de saúde com recursos próprios. Reconhecemos também que nesta unidade orçamentária no que é exigido, incorreu o cumprimento do que é estabelecido. Resta destacar que este órgão de controle interno reconhece, as limitações em acompanhar nesta área os procedimentos realizados, o material hospitalar e laboratorial adquirido, o uso de EPIs pelos profissionais, visitas às instalações físicas.

A documentação comprobatória das receitas e despesas da saúde encontra-se em pastas separadas de fácil acesso para possíveis verificações do Conselho de Saúde e para o Tribunal de Contas do Estado. No entanto, a Controladoria Geral do Município em 2024 fez verificação da legitimidade e legalidade das despesas em procedimento de auditoria.

## **Obras e Engenharias**

Reproduzindo fatos anteriores, notificamos a necessidade de um membro neste controle interno possuidor de conhecimento técnico na área de engenharia e arquitetura, para que, de forma opinativa, pudesse avaliar. Esta competência ficou e fica a ofício da engenharia contratada pelo ente, em que identificamos ser a parte competente em prestar esclarecimentos e responsabilizar ser por lavrar qualquer ato improprio para a administração pública.

Nos foi apresentado o seguinte quadro:





**MODELO 14 - MAPA DEMONSTRATIVO DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA**

Item	Descrição da obra ou serviço de engenharia	Regime de Execução	Número do Contrato	Contratado	CNPJ	Número do Convênio	Conveniente		Valor Previsto	Valor Realizado	Situação da Obra
							Nome	CNPJ			
1	Pavimentação em Paralelepípedo em diversas ruas	Indireta Empreitada por Preço Global: Tomada de preços nº 00001/2021	10060/2021	J D CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI	17.495.347/0001-55	885659/2019 - MDR	Prefeitura Municipal de Riacho de Santana/RN	08.357.634/0001-08	R\$ 337.802,34	R\$ 337.802,34	Finalizada
2	Construção de Canteiros Centrais	Indireta: Tomada de preços nº 0002/2021	12100/2021	LEONARDO VALENTIM DE FIGUEIREDO EIRELI	29.262.608/0001-76	Recurso Próprio	Prefeitura Municipal de Riacho de Santana/RN	08.357.634/0001-08	R\$ 100.523,31	R\$ 100.523,31	Finalizada
3	3ª Etapa dos Serviços de Ampliação e Modernização do Estádio Pai Cajé	Indireta Empreitada por Preço Global: Tomada de preços nº 00003/2021	01030/2021	M H F DE FREITAS EIRELI	14.148.901/0001-30	890364/2021 - CIDADANIA	Prefeitura Municipal de Riacho de Santana/RN	08.357.634/0001-08	R\$ 282.827,73	R\$ 282.827,73	Finalizado
5	Construção de Passagem Molhada	Direta: Dispensa nº DV00130/2021	12080/2021	LEONARDO VALENTIM DE FIGUEIREDO EIRELI	29.262.608/0001-76	Recurso Próprio	Prefeitura Municipal de Riacho de Santana/RN	08.357.634/0001-08	R\$ 32.151,89	R\$ 32.151,89	Finalizada
6	Ampliação do Ginásio de Esportes	Direta: Dispensa nº DV00041/2022	03110/2022	EMIDIO MACEDO LEMOS NETO EIRELI	34.050.041/0001-04	Recurso Próprio	Prefeitura Municipal de Riacho de Santana/RN	08.357.634/0001-08	R\$ 31.947,97	R\$ 31.947,97	Finalizada
7	1ª Etapa da Urbanização do Acesso da Entrada do Município	Indireta Empreitada por Preço Global: TP nº 002/2017	180102-002	A.R. CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA	15.258.710/0001-93	841403/2016 - TURISMO	Prefeitura Municipal de Riacho de Santana/RN	08.357.634/0001-08	R\$ 341.250,00	R\$ 335.665,38	Finalizado
8	Implantação de Sistema de Abastecimento D'Água na Zona Rural	Indireta	-	-	-	837693/2016 - FUNASA	Prefeitura Municipal de Riacho de Santana/RN	08.357.634/0001-08	R\$ 300.000,00	-	Urgência de Projeto desde Março de 2020 Sem execução de Serviços
9	Reforma e ampliação de quadras poliesportiva no Município	Indireta Empreitada por Preço Global: T.P. nº 001/2018	181024-001	ATR VIANA CONSTRUTORA LTDA	30.610.589/0001-00	852723/2017 MINISTÉRIO DO ESPORTE	Prefeitura Municipal de Riacho de Santana/RN	08.357.634/0001-08	R\$ 341.250,00	R\$ 340.086,21	Finalizada
10	Implantação de Sistema de Abastecimento de Água em Áreas Rurais	Indireta	-	-	-	CONVÊNIO SICONV 854500/2017 - FUNASA	Prefeitura Municipal de Riacho de Santana/RN	08.357.634/0001-08	R\$ 1.000.000,00	-	Sem Projeto Sem execução de Serviços
11	Estradas Vicinais no Município	Indireta Empreitada por Preço Global: T.P. nº 004/2020	20200605-004	ENGETECH CONSTRUÇÕES LTDA - EPP	22.594.815/0001-89	CONVÊNIO SICONV 843483/2017 - DNOCS	Prefeitura Municipal de Riacho de Santana/RN	08.357.634/0001-08	R\$ 259.335,33	R\$ 127.317,03	Andamento
12	Reforma e Revitalização da Praça do Povo	Indireta Empreitada por Preço Global: Dispensa de Licitação nº 200604	200604001	A R. CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA	15.258.710/0001-93	875980/2018 - TURISMO	Prefeitura Municipal de Riacho de Santana/RN	08.357.634/0001-08	R\$ 271.076,19	R\$ 263.005,75	Finalizada
12	Implantação de Melhorias Sanitárias Domiciliares na Zona Rural	Indireta	-	-	-	896477/2019 - FUNASA	Prefeitura Municipal de Riacho de Santana/RN	08.357.634/0001-08	R\$ 300.000,00	-	Projeto Básico na FUNASA aguardando análise
13	Aquisição de trator agrícola para desenvolvimento de atividades no Município	-	-	-	-	906049/2020 MDR	Prefeitura Municipal de Riacho de Santana/RN	08.357.634/0001-08	R\$ 120.000,00	-	Paralizado pela inviabilidade financeira
14	Pavimentação de estradas rurais	Indireta Empreitada por Preço Global	1080596-66	ATR VIANA CONSTRUTORA LTDA	30.610.589/0001-00	921608 - M. AGRICULTURA	Prefeitura Municipal de Riacho de Santana/RN	08.357.634/0001-08	R\$ 958.000,00	R\$ 954.201,56	Finalizado
15	Reforma e Ampliação da UBS Antônio Gabriel	Indireta Empreitada por Preço Global: Tomada de preços nº 002/2023	09180/2023	M H F DE FREITAS EIRELI	14.148.901/0001-30	-	Prefeitura Municipal de Riacho de Santana/RN	08.357.634/0001-08	R\$ 276.800,00	R\$ 323.995,68	Finalizado
16	Construção de uma UBS Unidade Básica de Saúde	Direta: Concorrência Eletrônica nº 00001/2024	05292/2024	M H F DE FREITAS EIRELI	14.148.901/0001-30	41420001 - Emenda Individual do Fundo Nacional de Saúde	Prefeitura Municipal de Riacho de Santana/RN	08.357.634/0001-08	R\$ 1.064.566,23	-	Andamento
17	Construção de Passagem Molhada e Pavimentação na Localidade de Poço de Pedras (Zona Rural)	Direta: Concorrência Eletrônica nº 00002/2024	11131/2024	CLEANTO DE ARAÚJO FERREIRA LTDA	12.258.710/0001-93	-	Prefeitura Municipal de Riacho de Santana/RN	08.357.634/0001-08	R\$ 213.107,79	R\$ 114.148,78	Andamento



\* Informar nesta tabela toda construção, reforma, fabricação, recuperação ou ampliação, realizada por execução direta ou indireta, assim como toda atividade destinada a obter determinada utilidade de interesse para a Administração, tais como: demolição, conserto, instalação, montagem, operação, conservação, reparação, adaptação, etc.

**LEGENDA:**

**Regime de execução:** informar se a execução ocorreu por execução direta ou por execução indireta. No caso de execução indireta indicar também se a contratação ocorreu sob o regime de empreitada por preço global, empreitada por preço unitário, tarefa ou empreitada integral.

**Conveniente:** informar o nome e o CNPJ da entidade beneficiada com a transferência de recursos.

**Situação da obra:** concluída, em andamento ou paralisada ( considerar a data de 31 de dezembro do ano referente à prestação de contas).





## **Atuação da Controladoria Geral do Município nas Compras e Licitações**

A lei de licitações (*lei nº 14.133/21*) atribui o controle das despesas decorrentes dos contratos e demais instrumentos aos agentes de controle interno, conferindo-lhes a responsabilidade de demonstrar a legalidade e regularidade da despesa e execução dos instrumentos celebrados, mesmo que indiretamente. Inclusive os licitantes ou usuários de serviços públicos poderão representar contra irregularidades na aplicação da Lei de licitações, diretamente no órgão de controle interno, cabendo a este tomar as providências necessárias para demonstrar a legalidade e regularidade na execução da despesa, podendo solicitar cópia de edital, e, ao verificar inconsistência ou risco de prejuízo ao erário, podendo obrigar a Administração jurisdicionada à adoção de medidas corretivas pertinentes que, em função de exame em autos, lhes forem determinadas pelo agente de controle interno.

Isso implica que nenhum processo de licitação ou ato convocatório poderá desobedecer às normativas de controle interno, ou deixar de receber auditoria, mesmo que seja por amostragem. Conforme Lei nº 14.133/2021. A Controladoria Geral do Município, **manifestou formalmente em quase todos os processos de licitações**, quando necessário determinou a sua suspensão, correção e emitiu parecer de auditoria. O quadro abaixo demonstra os procedimentos de licitações devidamente auditados e atestados sua legalidade no exercício de 2024:

### **Ao todo foram:**

- **61 Dispensas;**
- **26 Pregões Eletrônicos;**
- **25 Inexigibilidades;**
- **02 Concorrência;**
- **04 Adesões.**

### **Cumprimento dos Prazos de Encaminhamento de Informações ao Tribunal Contas**



O Município cumpriu com a exigência de envio dos instrumentos de planejamento conforme a Resoluções do TCE-RN, que dispõe sobre a remessa dos instrumentos de planejamento e das informações relativas à execução orçamentária e financeira, por meio do Sistema Informatizado de Contas dos Municípios. Isso pode ser confirmado por não existir pendências detectadas em janeiro de 2024.

O Sistema de Informações Sobre Orçamentos Públicos em Educação é bimestral em observância aos regramentos do § 3º do art. 165 da CF e do art. 52 da LRF, que determinam ao Poder Executivo dos entes federados a publicação do

O uso e controle da frota municipal deverá observar, inicialmente, ao disposto na Lei nº. 12.527, de 18 de novembro de 2011, com identificação com a marca oficial da Administração e ainda o que dispõe a Lei Federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 – Código de Trânsito Brasileiro, atualizada pela Lei Federal nº 9.602, de 21 de janeiro de 1998, conjugado com as normas do Conselho Nacional de Trânsito Brasileiro (CONTRAN).

A Controladoria Geral do Município **orientou que todos os veículos oficiais do Município, ou que estejam prestando serviços por meio de contratos, fossem identificados e cadastrados em sistema próprio**, estando submetidos às normas estabelecidas pelo Código de Trânsito Brasileiro.

Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) até trinta dias após o encerramento de cada bimestre.

## CONTROLE DE FROTA



**FROTA DE VEICULOS - PREFEITURA DE RIACHO DE SANTANA/RN**

FROTA DE VEICULOS - PREFEITURA DE RIACHO DE SANTANA/RN						
Marca	Modelo	Ano	Placa	Chassi		
<b>SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO</b>						
VOLKSWAGEN	VW/15.190 EOD E HD ORE	2011	NOE-3598	95322882WXC208786		
MARCOPOLO / VOLARE	Micro onibus - Volare A6	2004	MYI-1714	93PB22C2M4C012598	inativo	
IVECO	Iveco/City/Class 70C17	2012	OJZ-1840	93ZL68C0108446215	proprio	onibus
IVECO	Iveco/City/Class 70C17	2012	OTJ-8165	93ZL68C0108442868	estado	onibus
VOLKSWAGEN	Iveco/City/Class 70C17	2012	OJZ-1830	93ZL68C0108447086	proprio	onibus
VOLKSWAGEN	VW/15.190 EOD E HD ORE	2022	RGM8A46	9532E82WXPR005654	proprio	onibus
Marca	Modelo	Ano	Placa	Chassi		
<b>SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE</b>						
FIAT	FIAT/DUBLO MODIFICAR AB1 - AMBULANCIA	2010	NNV-4952	9BD223153A2017819	inativo	
FIAT	FIAT/PALIO FIRE	2014	OJU-3692	9BD17122LE5907708	inativo	
FIAT	FIAT/PALIO FIRE	2015	QGE-3637	9BD17122ZG7563018	inativo	
FIAT	FIAT/PALIO FIRE	2015	QGE-3647	9BD17122ZG7563047	inativo	
VOLKSWAGEN	VW/GOL 1.0L MC4	2018	QGN-2757	9BWAG45U1KT022177	proprio	carro
MITSUBISHI	MMC/ L300 TRITON SPT GL	2018	QGP-2454	93XLJKL1TKCJ11233	proprio	carro
VOLKSWAGEN	VW/ NOVA SAVEIRO MODIFICAR AB1 - AMBULANCIA	2018	QGO-0635	9BWKB45U1JP090425	proprio	ambulancia
FIAT	FIAT/MOBI MODIFICAR AB1 - AMBULANCIA	2018	QGP-1329	9BD2651JHK9114432	proprio	ambulancia
FIAT	FIAT/MOBI WAY	2016	QGF-9666	9BD341A6NHB428137	proprio	carro
VOLKSWAGEN	VW/GOL MPI	2022	RGL0J20	9BWAG45U3PT080430	proprio	assistencia
FIAT	FIAT/PALIO WK ATRAC 1.4	2013	OWC7533	9BD373121E5049739	proprio	conselho
CHEVROLET	CHEV/SPIN 18L AT PREMIER	2022	RNG1G87	9BGJP7520NB199933	proprio	carro
VOLKSWAGEN	VW/GOL MPI	2022	RGK7F04	9BWAG45UXPT003313	proprio	carro
RENAULT	RENAULT/MASTER MARIM PAS	2022	OJY6E78	93YF62003PJ316467	proprio	carro
FIAT	FIAT/ARGO DRIVE 1.0	2022	RGM9G26	9BD358AFNNYL82645	proprio	carro
VOLKSWAGEN	VW/GOL MPI	2022	RGK7E94	9BWAG45UXPT003327	proprio	carro
FIAT	FIAT/TORO ENDUR 4X4	2022	RGM4H38	9882261PNNKE52111	proprio	gabinete
CHEVROLET	CHEV/SPIN 18L AT LPS	2024	SJH5123	9BGJC7520SB102265	proprio	carro
FIAT	FIAT/ARGO DRIVE 1.0	2024	RQF0J25	9BD358ACERYN28371	proprio	carro
FIAT	FIAT SCUDO ROCHA AMB	2024	RQG2J74	9VCVBVHYHVERA004916	proprio	ambulancia
CHEVROLET	MONTANA TECFORM AB1	2019	RGN6J84	9BGCA8030KB206883	proprio	ambulancia
Marca	Modelo	Ano	Placa	Chassi		
<b>SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA</b>						
M.BENS	M.BENS/ATRON 2729 K 6X4	2013	OWE-6740	9BM693388DB931376	proprio	caçamba
INTERNACIONAL	INTERNATIONAL/4400P7 6X4	2013	OWE-1038	978MSTBT0ER095744	proprio	pipa
NEW HOLLAND	TRATOR 4X4 TL95E	2011		2BCB85784	proprio	
NEW HOLLAND	TRATOR 4X4 TL95E	2011		ZACB74518	proprio	
VALTRA	TRATOR 4X4	2010		A850287585	proprio	
NEW HOLLAND	MOTONIVELADORA	2013		HBZNO14JDAF02285	proprio	
CATREPIAR	RETROESCAVADEIRA	2013		TMFG06356	proprio	
HYUDAI	PÁ CARREGADEIRA				proprio	
NEW HOLLAND	TRATOR 4X4 TT4.75			NH1548052		
GM	CHEVROLETT - D-20	1993	MMN-3580	9B6244ZAPPC22518	inativo	
GM	PRISMA JOY	2009	NNS-0340	9BGRJ6910AB222930	inativo	
Marca	Modelo	Ano	Placa	Chassi		
<b>SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL</b>						
FORD	FORD/FIESTA 1.6 FLEX	2009	NNV-8460	9BFZF55P1A8013759	inativo	
FIAT	FIAT/PALIO WK ATTRAC 1.4	2013	OWC-7533	9BD373121K5049739	proprio	carro



Consta registrar em conformidade com informações obtidas através da Secretaria de transportes, que todos os veículos supracitados estão em plena atividade e pertencem ao município.

### **Ações da Controladoria Geral do Município para 2025/2026**

- ✓ Realização do tombamento do patrimônio público;
- ✓ Criar o programa de capacitação continuada dos agentes públicos que atuam nos procedimentos de compras e licitações e nas linhas de defesas;

### **Considerações Preliminares**

A Controladoria Geral do Município, constitucionalmente, não está credenciada para fazer julgamentos, nem aplicar penalidades ou sanções aos agentes públicos, cabendo esta função ao Poder Legislativo e ao Poder Judiciário. Mas, se suas orientações forem seguidas, certamente evitarão a condenação dos agentes públicos e dos servidores em geral nessas instâncias. As ações de fiscalização do órgão de controle e sua existência não estão condicionadas às vontades dos Administradores, mas o seu funcionamento e aceitação têm que ser geral, pois, sozinho não corrige o que está irregular, tem que haver vontade coletiva e entendimento que o objetivo maior é melhorar a qualidade das informações e dos serviços públicos que são levados aos cidadãos.

Neste relatório destacamos a realidade administrativa enfrentada por um Controlador Municipal, na tentativa de cumprir com o seu papel de órgão fiscalizador e guardião das informações necessárias a fiscalização externa. No desenvolver das atividades de controle, ao verificar alguma ineficiência operacional, será feita notificação oficial aos responsáveis solicitando a sua regularização, tornando assim desnecessária a inclusão de tais fatos neste relatório.

Em resumo a Controladoria Geral do Município verificou os atos praticados pelo Chefe do Poder Executivo Municipal em 2024, nos seguintes aspectos:





✓ Tempestividade e fidedignidade das informações enviadas a Controladoria Geral do Município, no exercício de 2024 foi eficaz, considerando que o domínio das informações foi satisfatório.

## CONCLUSÃO

Diante das análises e conferências realizadas pela Controladoria Geral do Município, nas contas do exercício de 2024, quando constatou de forma conclusiva as seguintes ocorrências:

- 1) As informações e a documentação que fazem prova nas ações de auditoria quando requeridas pela Controladoria Geral do Município, foram atendidas de forma satisfatória;
- 2) O Município aplicou de forma correta os recursos do FUNDEB, sendo gastos com os profissionais da educação básica no exercício de 2024 o percentual de recursos recebidos do FUNDEB, sendo atendido o mínimo exigido no inciso XI do art. 2012-A da CF/88;
- 3) Nas disponibilidades financeiras em 31/12/2024, a Controladoria Geral do Município deu por “regular” os restos a pagar no exercício de 2024, fazendo cumprir o disposto no inciso II do art. 59 da Lei de Responsabilidade Fiscal;
- 4) Avaliação das Metas Previstas na Lei Orçamentária se apresenta eficiente quando analisado a realização da receita estimada, que atingiu R\$ 31.224.926,44, correspondendo a 99,60% do total estimado para o ano, quanto a execução orçamentária da despesa foi de R\$ 30.802.472,81, representando um percentual de execução de 98,24%, demonstrando um grau moderado de eficiência moderada na execução orçamentária;
- 5) A Gestão Orçamentária, Financeira e Patrimonial demonstra um superávit financeiro, demonstrando equilíbrios financeiro;
- 6) Os gastos com Pessoal do Poder Executivo no exercício de 2024 apresenta um valor que corresponde a um percentual de 40,00% da RCL. Considerado regular;
- 7) A aplicação no ensino no ano de 2024 foi considerado regular por atender o limite mínimo exigido pela legislação;

8) Os gastos nas ações da Saúde no exercício de 2024 foi considerado regular por atingir o mínimo exigido pela legislação;

9) Atuação da Controladoria Geral do Município nas Compras e Licitações foi efetiva, emitindo parecer de auditoria em quase todos os processos, ocorreram no exercício de 2024, o total de 118 (cento e dezoito) processos instaurados.

## PARECER

Pela documentação analisada, pelos procedimentos operacionais que foram objeto de verificação e com base nos relatórios simplificados recebidos da Contabilidade Geral do Município, pronunciamos de forma conclusiva pela **"APROVAÇÃO TOTAL DAS CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2024"**.

Destaca-se, por fim, quanto ao trabalho da Controladoria Geral do Município no exercício de 2024, foi apresentado relatórios e atividades desenvolvidas, com apontamentos realizados e notificações efetuadas e atendimento total em conformidade com as regras definidas pelo processo de prestação de contas anuais.

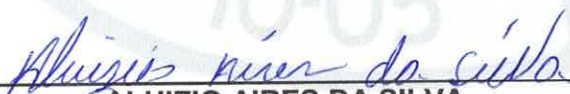
É nosso entendimento.

Prefeitura Municipal de Riacho de Santana - RN, 24 de abril de 2025.

### DESPACHO

Manifestamo-nos de acordo com proposição supra. Encaminhe-se os autos a Unidade de Origem.

Unidade Central de Controle Interno, em 24/04/2025.



**ALUIZIO AIRES DA SILVA**  
Controlador Geral do Município